

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.184 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 2000



Antonio Carlos e Michel Temer receberam outros parlamentares e líderes sindicais para discutir o reajuste do salário mínimo e a correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

ACM e Temer buscam saída para aumentar salário mínimo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considera “obrigação do Legislativo” encontrar uma solução que permita o aumento do salário mínimo no início do próximo ano. Em reunião com o presidente da Câmara e sindicalistas, ele propôs uma comissão para definir o assunto. ACM e Temer também decidiram pedir ao presidente Fernando Henrique Cardoso que receba os dirigentes das centrais sindicais para tratar da correção do FGTS

PÁGINA 3

Aprovados créditos e agilização do Orçamento



Congresso aprovou proposta dos líderes para tornar mais rápida a apreciação do Orçamento

Em sessão realizada ontem, o Congresso aprovou 14 pedidos de créditos suplementares e especiais. Também acolheu projeto de resolução que acelera a tramitação da proposta orçamentária para 2001.

PÁGINA 2

Relator defende mudança no sigilo bancário

PÁGINA 3



Althoff foi eleito relator, Álvaro presidente e Mestrinho vice

LUXEMBURGO E EX-SECRETÁRIA CHAMADOS A DEPOR

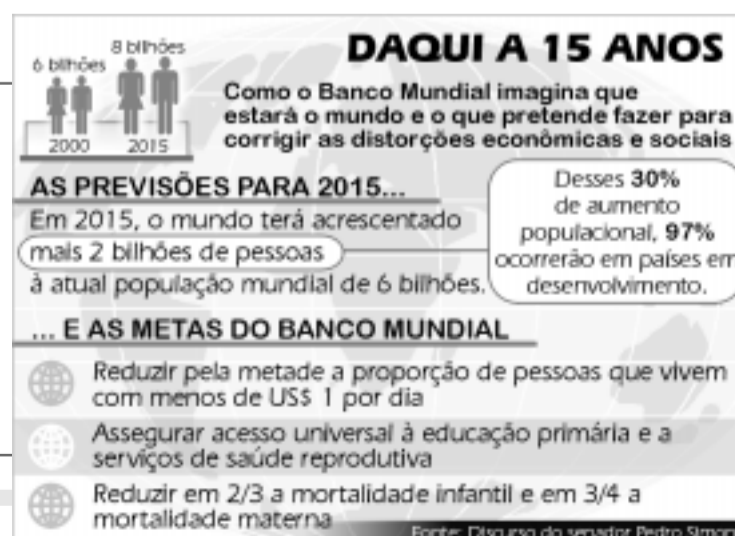
PÁGINA 4



Simon anunciou reunião técnica do Bird com o Senado

Banco Mundial vai apoiar Senado no combate à pobreza

PÁGINA 6



Trabalho de religiosos pode ficar isento de contribuição

O Senado aprovou ontem substitutivo a projeto de lei que isenta as instituições religiosas da contribuição previdenciária sobre a remuneração paga aos ministros, pastores e padres. A proposta volta à Câmara dos Deputados.

PÁGINA 2

Congresso Nacional aprova créditos de R\$ 2,27 bilhões

Ministério da Saúde receberá R\$ 1,5 bilhão, a serem utilizados no atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar

O Congresso Nacional aprovou ontem 14 pedidos de créditos suplementares e especiais no valor total de R\$ 2.278.002.787,00. Também foram acolhidos nove projetos de decreto legislativo que permitem a liberação, ainda este ano, de recursos para obras antes consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Todos os itens da pauta foram aprovados por consenso, depois que os partidos de oposição decidiram suspender a obstrução que fariam como parte da estratégia de garantir na proposta orçamentária do próximo ano valor para o salário mínimo maior que o proposto pelo governo. "O tema será discutido em uma reunião de líderes no dia 31 e aceitamos votar projetos de urgência nacional", disse o líder do PT na Câmara, deputado Aloizio Mercadante (SP).

O maior pedido de crédito suplementar aprovado destina R\$ 1,5 bilhão ao Ministério da Saúde. As verbas serão utilizadas no atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar. O ministério contará ainda com R\$ 146,1 milhões, provenientes de outro pedido, que serão usados principalmente em programas de prevenção e controle de doenças sexualmente transmissíveis.

Programas de desenvolvimento do ensino médio e de participação federal em projetos municipais de renda mínima, ambos incluídos no Plano de Apoio aos Estados de Menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), são os principais beneficiados por crédito de R\$ 296,9 milhões autorizado a quatro ministérios.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 2000

PLENÁRIO

Sexta-feira
9h - Sessão não deliberativa



Senadores e deputados também deram o voto favorável a crédito especial que garante recursos a programas de desenvolvimento do ensino médio

Orçamento será agilizado

Durante a sessão realizada ontem, o Congresso também aprovou projeto de resolução, com parecer favorável do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que torna mais rápida a tramitação da proposta de Orçamento da União para 2001. O texto permite que sejam apreciados diretamente pelo plenário da Comissão Mista de Orçamento, sem necessidade de votação prévia por subcomissões, os pareceres elaborados pelos relatores setoriais da proposta orçamentária.

De acordo com o projeto de resolução, elaborado durante encontro de líderes partidários na Comissão de Orçamento, a votação da lei orçamentária ocorrerá em duas etapas. Inicialmente, serão apreciados dez relatórios setoriais. Em seguida, será votado o parecer redigido pelo relator-geral do projeto de Orçamento, senador Amir Lando (PMDB-RO).

O Congresso aprovou ainda substitutivo elaborado pela Comissão Mista de Orçamento a um pedido de crédito suplementar no valor de

R\$ 123,9 milhões para o Ministério dos Transportes. Foram excluídas do pedido duas obras que teriam indícios de irregularidades - a duplicação da rodovia Brasília-Goiânia e a Ferrovia Norte-Sul. Mantiveram-se os recursos previstos para a duplicação da rodovia Fernão Dias, mas com a ressalva de suspensão de dois contratos firmados para a realização de parte da obra. O texto aprovado prevê também a aplicação de R\$ 55 milhões na construção do Rodoanel de São Paulo.

Foi autorizado ainda o reinício de obras previstas no Orçamento de 2000, mas que haviam tido os recursos suspensos em virtude de decisão do Tribunal de Contas da União (TCU). Entre elas, está a construção do terminal de produtos siderúrgicos do porto de Sepetiba (RJ), a construção de estabelecimentos penais no estado de São Paulo, estudos para o aproveitamento de áreas irrigáveis na Bahia e a construção de trechos rodoviários em seis estados.

Instituições religiosas devem ficar isentas de contribuição previdenciária

Foi aprovado ontem pelo Senado projeto de lei que concede às instituições religiosas isenção da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos seus ministros, pastores e padres. A aprovação ocorreu em turno suplementar, por se tratar de substitutivo ao projeto original, que veio da Câmara dos Deputados. Não houve necessidade de votação, uma vez que não foram apresentadas emendas ao substitutivo já aprovado anteriormente em Plenário. Como o texto foi modificado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, o projeto retorna à Câmara dos Deputados.

O substitutivo, elaborado pelo

senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), determina que o trabalho de ministro de confissão religiosa e de membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa não será considerado prestação de serviço. O relatório também determina que o trabalho dos religiosos não configura vínculo empregatício. A proposta altera a lei que dispõe sobre a contribuição previdenciária individual.

As emendas aprovadas na comissão, segundo a justificativa do relator, foram necessárias, uma vez que o texto da Câmara valeria não somente para os religiosos, mas também para os funcionários das igrejas.

Autorizado o funcionamento de três rádios

O Plenário do Senado Federal aprovou ontem projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de três emissoras de rádio. Os senadores do Partido dos Trabalhadores se abstiveram de votar.

Foi aprovada a permissão concedida à Fundação Navegantes de Porto Lucena

para explorar rádio FM na cidade de Campina das Missões (RS); a renovação da concessão para a Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda. transmitir em ondas médias na cidade de Santa Fé do Sul (SP); e a renovação da permissão para que a Rádio Jornal Cidade Bauru (SP) continue suas transmissões em FM.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 2000

1

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2000. Acrescenta parágrafos ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, dispensando as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos ministros de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.

Resultado: Encerrada a discussão, sem apresentação de emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno. A matéria volta à Câmara dos Deputados.

2

Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 1999. Renova a concessão da Rádio Dinâmica OM Ltda. de Santa Fé do Sul (SP).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 1999. Renova a permissão outorgada à Rádio Jornal Cidade Bauru FM Ltda (SP).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

4

Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2000. Outorga permissão à Fundação Navegantes de Porto Lucena para explorar rádio FM em Campina das Missões (RS).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Lando apela por aprovação de quebra do sigilo bancário

No relatório preliminar sobre a arrecadação tributária, o relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), faz um veemente apelo aos deputados para que aprovem um projeto que permita à Receita Federal pedir a quebra de sigilo de pessoas e empresas que fazem grandes movimentações financeiras, mas não declaram qualquer ganho de renda. O projeto, já votado no Senado, encontra-se na Câmara. "O sigilo bancário não pode se transformar num manto intransponível para acobertar o ilícito", diz o senador no relatório, de quase 200 páginas.

Amir Lando cita juristas como Pontes de Miranda na defesa do projeto. A Receita tem os nomes das pessoas ou empresas que fizeram grandes recolhimentos de CPME, mas por lei está impedida de usar essas informações para abrir um processo de cobrança. O projeto que muda o sigilo bancário, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), foi alterado na Câmara por substitutivo do deputado Ney Lopes (PFL-RN) e, se aprovado, voltará ao exame do Senado. Em reunião fechada com o comitê de receitas da Comissão Mista de Orçamento, na semana passada, o secretário da Receita, Everardo

Maciel, fez comentários sobre a sonegação de movimentação financeira que impressionaram os deputados e senadores.

Em entrevista, Lando disse acreditar que a mudança no sigilo bancário elevará a arrecadação a ponto de compensar totalmente sua decisão de retirar do projeto orçamentário a receita de R\$ 1,4 bilhão condicionada à contribuição previdenciária dos inativos federais. Propõe ainda que o Congresso resolva o impasse em que se transformou a cobrança de Imposto de Renda dos fundos de pensão, que contestam na Justiça há 12 anos a taxação, sob o argumento de que têm caráter social. Se o Congresso aprovar um projeto prevendo a cobrança, a arrecadação poderia chegar a R\$ 2 bilhões por ano.

No relatório preliminar sobre receitas, Lando manteve a arrecadação fiscal de 2001 nos R\$ 268,9 bilhões propostos pelo governo, apesar de alguns indícios de que o valor poderá subir. Segundo ele, o projeto do Executivo desconsidera o aumento da inflação em junho e julho, o que pode elevar a arrecadação, e subestima o Produto Interno Bruto (PIB) de 1999, já que só recentemente o IBGE corrigiu uma diferença de R\$ 22,5 bilhões.

Porto destaca aumento da competitividade em Minas

Minas Gerais já é o segundo estado brasileiro com maior capacidade de atrair investimentos privados, anunciou o senador Arlindo Porto (PTB-MG). A avaliação foi feita pela consultoria econômica Simonsen Associados, que elabora desde 96 um ranking da competitividade dos estados,



Porto: Minas Gerais já é o segundo maior pólo de atração de investimentos

com base na análise da oferta de infra-estrutura, qualidade de vida, segurança pública, rede de transportes e de educação e dos interesses dos investidores privados.

Conforme os dados citados por Arlindo Porto, Minas aumentou na década de 90 seu Produto Interno Bruto (PIB) à média anual de 2,8%, enquanto a média nacional foi de 2,5%. O estado só ficou atrás de São Paulo e Bahia, que cresceram 3,1% e 3%, respectivamente.

Outro ponto destacado pela pesquisa é a diversificação experimen-

tada pela economia de Minas, estado cuja força econômica antes se concentrava na mineração e na siderurgia. Ele atribui o resultado ao trabalho iniciado em 91 no governo Hélio Garcia, do qual o próprio Arlindo Porto foi vice-governador.

— Todos os esforços governamentais foram no sentido de incentivar a diversificação econômica, implantar rodovias, estimular a atração de novos empreendimentos, organizar a estrutura fazendária, garantir recursos para a infraestrutura básica, avançar e ousar na área educacional e fomentar os investimentos produtivos — disse ele.

PAULO CABRAL

Porto registrou a eleição do jornalista Paulo Cabral de Araújo, presidente dos Diários Associados, para a diretoria da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP).

Aumentar salário mínimo é obrigação, afirma ACM

Segundo o senador, o Legislativo tem o dever de encontrar fórmula capaz de permitir a elevação do piso salarial até o início de 2001

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que considera uma obrigação do Legislativo encontrar uma solução para aumentar o salário mínimo já a partir dos primeiros meses do próximo ano. Antonio Carlos reuniu-se pela manhã com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, os dirigentes das principais centrais sindicais e com deputados federais de diversos partidos para discutir o assunto.

— Acho que não podemos votar o Orçamento se não houver uma definição sobre o salário mínimo — disse o senador, que sugeriu aos parlamentares que participaram da reunião que organizem uma comissão informal destinada a estudar as rubricas orçamentárias que podem sofrer cortes, a fim de permitir um aumento real para o salário mínimo.

De acordo com a proposta de Orçamento encaminhada pelo governo ao Congresso, o salário mínimo seria reajustado para R\$ 158 (o valor atual é de R\$ 151), enquanto os partidos de oposição e o presidente do Congresso Nacional defendem um piso de US\$ 100, aproximadamente R\$ 180.

A comissão sugerida por Antonio Carlos Magalhães deverá ser formada por até oito parlamentares — senadores e deputados — interessados no assunto e que se disponham a apresentar uma solução em reunião na próxima terça-feira. Os deputados federais Aloizio Mercadante (PT-SP), Antônio Medeiros (PFL-SP) e Paulo Paim (PT-RS) querem pressa, já que o Orçamento deve ser votado até o dia 15 de dezembro.

A reunião também tratou da correção das contas do Fundo de

Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) nos anos de 1989 e 1990 e da possibilidade de reajuste para o funcionalismo público federal. Antonio Carlos lembrou que os servidores estão há seis anos sem aumento e defendeu reajuste linear para a categoria.

SUCESSÃO NO SENADO

O presidente do Senado disse que abriu um canal de comunicação com o PMDB para tratar da sucessão presidencial das mesas diretoras das duas Casas legislativas. Antonio Carlos conversou sobre o assunto com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e defendeu a candidatura à presidência do Senado do ex-presidente da República e do Senado José Sarney (PMDB-AP). "Ele honraria o nome da Casa e merece o apoio de seus colegas", afirmou Antonio Carlos.

Antonio Carlos e Temer também buscam maneira de resolver impasse do FGTS

Outro tema tratado na reunião entre os presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara, Michel Temer, foi a devolução dos expurgos feitos nas contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em 1989 e 1990. Antonio Carlos e Temer decidiram pedir ao presidente Fernando Henrique Cardoso que receba os dirigentes das três centrais sindicais (CUT, CGT e Força Sindical) para debater a questão.

O benefício é reclamado pelos sindicatos em razão das perdas causadas pelas fórmulas de atualização dos saldos do FGTS estabelecidas pelo Plano Verão e pelo Plano Collor. A Justiça já deliberou que o pleito é procedente, mas o assunto está sendo examinado no momento por uma comissão formada pela Advocacia-Geral da União (AGU).

Os presidentes do Senado e da Câmara também vão sugerir que os presidentes das centrais sindicais integrem a comissão e possam negociar opções para o pagamento. De acordo com o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o governo teria como pagar a diferença do FGTS sem inviabilizar as contas da União, por meio de acor-



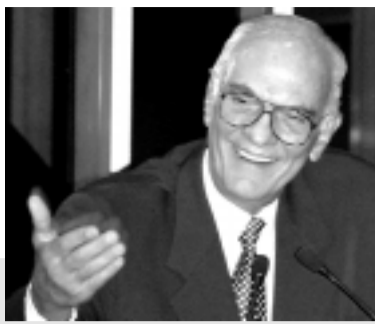
O deputado Aloizio Mercadante e os presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara, Michel Temer, após a reunião de ontem

dos ou de abatimento de dívida que os correntistas têm junto ao sistema habitacional ou da transferência de ações de empresas públicas.

Outra sugestão é que o Banco Central revogue a portaria que autoriza os bancos a cobrar a emissão do extrato das contas do FGTS. Atualmente, as instituições bancárias cobram R\$ 4,50 por cada extrato. Será sugerido ainda que, como reivindi-

cam os sindicatos, a Caixa Econômica Federal centralize as informações sobre as contas do FGTS.

Para o presidente do Senado, o mais importante é que o presidente Fernando Henrique responda com rapidez ao pedido, para se encontrar uma solução para o pagamento de uma causa que, segundo disse, já está ganhando pelos trabalhadores.



Saturnino aponta desrespeito ao princípio da isonomia entre investidores estrangeiros e brasileiros

Saturnino critica isenção de CPMF para capital externo

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) criticou ontem a decisão do governo federal de conceder isenção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para o capital estrangeiro aplicado em bolsa de valores, sob o argumento de que o dinheiro não chega a ser convertido em reais.

— Essa isenção é absurda, inconstitucional e ilegal, e revela o pânico da equipe econômica, numa tentativa frustrada de equilibrar o balanço de pagamentos do país — afirmou Saturnino, lembrando o fracasso da previsão do governo de um superávit de US\$ 5 bilhões na balança comercial deste ano, que fechará zerada.

Saturnino disse que nenhuma isenção de impostos pode ser concedida por mera decisão do Conselho Monetário Nacional, e nem pelo Banco Central, mas apenas por lei aprovada pelo Congresso Nacional. Além disso, acrescentou, há o princípio da isonomia, que está sendo desrespeitado, já que os empresários e investidores brasileiros — apesar das contínuas reclamações — serão obrigados a pagar a CPMF.

Segundo o senador, bastou uma pequena recuperação da economia, com um crescimento do PIB nos últimos meses, para que as importações aumentassem sem controle. Isto demonstra, para Saturnino, que a economia brasileira se encontra em uma espécie de armadilha, devido à abertura indiscriminada aos interesses estrangeiros. Não havendo como manter o equilíbrio da balança, o governo estaria concedendo isenção de impostos para atrair, desesperadamente, o capital estrangeiro.

Comissão inicia investigação por Luxemburgo, ex-secretária e Nike

Além da convocação do ex-treinador da Seleção, CPI decidiu pedir à CBF que envie o contrato firmado entre a entidade e a empresa de material esportivo

Em seu primeiro dia de funcionamento, a comissão parlamentar de inquérito do Senado que está investigando o futebol brasileiro aprovou oito requerimentos. Além da convocação do ex-treinador da Seleção Brasileira, Wanderley Luxemburgo, e de sua ex-secretária Renata Carla Moura Alves para depor, os senadores decidiram pedir à Confederação Brasileira de Futebol (CBF) que seja enviado o contrato firmado entre a entidade e a empresa de material esportivo Nike. Também foram pedidos todos os contratos de patrocínio firmados entre a CBF e instituições privadas.

A CPI do Futebol está solicitando ainda à CBF a relação completa de todos os jogadores negociados com o exterior desde 1995, com informações sobre clube de origem e de

destino, valor da operação, número do contrato e empresário intermediário. Além disso, a comissão quer a relação de todos os empresários autorizados pela entidade para realizar negócios com os clubes brasileiros.

Ao secretário da Receita Federal, a CPI pedirá informações sobre o recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte feito pelos clubes de futebol desde 1995, o valor

da renúncia fiscal pela não tributação desses clubes e os processos administrativos abertos contra jogadores, técnicos e dirigentes, desde a mesma época. Será solicitado detalhamento das ações de fiscalização da Receita nos clubes nos últimos cinco anos e a relação dos contribuintes ligados ao futebol multados durante este período.

Um outro requerimento solicita ao Ministério da Previdência e As-

sistência Social dados sobre o recolhimento das contribuições previdenciárias feitas pelos clubes desde 1995, a lista dos clubes de futebol devedores da Previdência, as medidas administrativas e judiciais tomadas pelo ministério para cobrar os débitos e as ações de fiscalização realizadas nos últimos cinco anos.

Já o Ministério do Trabalho deverá remeter à CPI informações sobre o recolhimento do FGTS feito pelos clubes de futebol desde 1995 e as ações de fiscalização realizadas. Ao Ministério da Fazenda, será requerido detalhamento das investigações feitas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras e pelo Banco Central sobre as operações cambiais realizadas pelos clubes e federações de futebol desde 1995 e as irregularidades constatadas.



Os senadores fazem sugestões sobre a condução dos trabalhos da CPI

Senado e Câmara podem abrir a "caixa-preta", prevê Álvaro

O presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), afirmou que a comissão do Senado deverá ter um trabalho de interação e reciprocidade com a instalada na Câmara dos Deputados. Ele disse que o objetivo de ambas deve ser abrir o que qualificou de "caixa-preta do futebol brasileiro".

Álvaro Dias disse ainda que o futebol brasileiro, apesar de movimentar bilhões de reais por ano, não possui um controle efetivo por parte das autoridades. Por este motivo, ele acredita que a comissão parlamentar de inquérito instalada ontem no Senado poderá ser um instrumento eficaz para que o futebol

entre em uma nova era.

Já o relator da comissão, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), disse que pretende apresentar um relatório fiel à realidade do futebol brasileiro. Titular da CPI, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) sugeriu que a presidência solicitasse a presença de dois procuradores da República e de um técnico da Receita Federal para auxiliar nos trabalhos. Álvaro Dias acolheu a sugestão.

Os senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Geraldo Cândido (PT-RJ) defenderam a convocação do vice-presidente do Vasco da Gama, deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), para depor na CPI.

Venda de jogadores será o principal ponto da investigação

As supostas irregularidades na venda de passes de jogadores brasileiros para o exterior e a sonegação no recolhimento de contribuições da Previdência Social por clubes e outras entidades ligadas ao futebol devem ser os principais assuntos a serem investigados pela CPI do Futebol, criada a partir de requerimento do senador Álvaro Dias.

A sonegação de pagamento

do Imposto de Renda por clubes, jogadores e técnicos e o contrato de patrocínio firmado entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a empresa de artigos esportivos Nike também serão apurados pela CPI do Futebol.

A comissão é composta por 13 senadores titulares e oito suplentes e terá um prazo de seis meses para concluir os seus trabalhos.



Althoff, Álvaro Dias e Gilberto Mestrinho na reunião da CPI

Acordo de líderes viabilizou escolhas

Um acordo entre as lideranças dos partidos permitiu que o senador Álvaro Dias fosse eleito, por unanimidade, presidente da comissão parlamentar de inquérito que vai investigar o futebol brasileiro. No início da reunião, o líder da maior bancada do Senado, o PMDB, Jader Barbalho (PA), informou que o partido abriu mão da presidência da comissão por entender que Álvaro Dias merecia dirigir os trabalhos, já que foi o autor do requerimento de criação da CPI. A vice-presidência ficou com o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e a relatoria com Geraldo Althoff (PFL-SC).

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) sugeriu que os depoimentos de Wanderley Luxemburgo e de Renata Alves ocorram no mesmo dia para que possa haver uma acareação entre eles. Suplente na comissão, Arruda adiantou que apresentará requerimento convocando o médico que serviu à Seleção na Copa de 1998,

o respectivo chefe de delegação e o jogador Ronaldinho. Ele acha que a convulsão do atleta, divulgada pela comissão técnica da Seleção no dia da final contra a França, ainda não está esclarecida. O senador pelo Distrito Federal também levantou suspeitas sobre o que chamou de "interesses comerciais" que envolveram a CBF na Copa da França.

O senador também sugeriu a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de todos os membros do Superior Tribunal de Justiça Desportiva. Ele disse que há fortes indícios de que membros do STJD obtiveram vantagens financeiras de cartolas para beneficiar clubes de futebol. Arruda criticou ainda a arbitragem brasileira, que, a seu ver, beneficia os grandes clubes em detrimento dos pequenos. Sobre os dirigentes do futebol, o senador arrematou: "O futebol brasileiro tem a pior classe de dirigentes. A maracutaia corre solta e está prevalecendo sobre o real interesse do esporte".

PEC sobre sessões conjuntas e seguro rural foram destaques

Os dois temas predominaram nas atividades da Casa, que também aprovou indicação de embaixadores e concessões de emissoras de rádio

O destaque da semana, no Senado, foi a aprovação da proposta de emenda constitucional que reduz as possibilidades de sessões conjuntas do Congresso Nacional e do projeto de lei que fixa novas regras para o seguro contra perdas na lavoura. Uma das novidades introduzidas por este projeto foi a instituição do Sistema Nacional de Apoio ao Seguro Rural, a ser formado com a participação dos governos federal, estaduais, municipais, sociedades por ações, cooperativas, associações e sociedades de produtores rurais.

O projeto, que seguiu para a Câmara dos Deputados, enumera as seguintes modalidades de seguro rural: seguro agrícola, seguro pecuário, seguro de bens, equipamentos, benfeitorias e produtos agropecuários, seguro de crédito para comercialização e seguro temporário de vida dos produtores rurais.

De acordo com o texto, serão cobertos pelo seguro os seguintes riscos: incêndio e raio, pragas e doenças, danos causados por tromba-d'água, ventos fortes, ventos frios, granizo, chuva excessiva, seca e geada. Estão também previstas as eventualidades em que o seguro não cobrirá os pre-



O Plenário votou a favor da criação de sistema de seguro rural

juízos, como terremotos, maremotos e ciclones.

Em primeiro turno, o Senado também aprovou proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) reduzindo as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional. Pela proposta, os plenários da Câmara e do Senado passarão a decidir separadamente sobre todas as matérias legislativas, inclusive vetos presidenciais, orçamento e medidas provisórias.

As duas Casas do Congresso realizarão sessões conjuntas apenas para inaugurar a sessão legislativa ordinária, dar posse ao presidente e ao vice-presidente da República, promulgar emenda à Constituição e recepcionar chefe de Estado estrangeiro. A proposta foi aprovada por unanimidade e, depois de um segundo turno de vo-

tação no Senado, irá à apreciação da Câmara dos Deputados.

Também foram aprovadas seis indicações presidenciais para cargos de embaixadores do Brasil no exterior. O diplomata Elim Saturnino Ferreira Dutra foi aprovado para a embaixada brasileira na Suécia, e Ricardo Luiz Viana de Carvalho para representar o Brasil no Suriname. Brian Michael Fraser Neele acumulará o cargo de embaixador na Turquia e no Azerbaijão; Celso Marcos Vieira de Souza acumulará as funções de embaixador no Egito e no Sudão; Armando Boisson Cardoso representará o Brasil no Haiti e Luiz Henrique Pereira da Fonseca será o embaixador brasileiro na Finlândia.

Também esta semana, os senadores aprovaram decretos legislativos renovando autorização para o funcionamento de oito emissoras de rádio.

Comissões debateram propaganda sobre fumo

A aprovação de fundo para desenvolver tecnologia nas telecomunicações e uma audiência pública para debater o projeto que restringe a publicidade de cigarros foram os principais fatos da semana nas comissões técnicas do Senado. O Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funntel), aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), terá como agentes financeiros o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Empresa Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

O objetivo do Funntel é ampliar a competição das indústrias de telecomunicações, fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias, além de estimular a geração de empregos. O projeto ainda será examinado pela Comissão de Educação do Senado.

Em audiência pública, as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania

(CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS) discutiram o projeto que restringe a publicidade de derivados do tabaco. No debate, o presidente da Comissão Antitabagista da Associação Médica Brasileira, José Rosemberg, disse que o tabagismo é a maior causa de mortes prematuras evitáveis do mundo. Ele afirmou que a humanidade hoje tem 1,2 bilhão de fumantes ativos e 2 bilhões de fumantes passivos, que representam metade da população mundial.

Relator do projeto que restringe a publicidade de derivados do tabaco, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) observou que assumiu a relatoria com a convicção pessoal de que a invasão epidemiológica do tabagismo é um mal para o qual a sociedade tem de criar defesas.

Na Comissão Mista de Orçamento, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, manteve em R\$ 268,9 bilhões a estimativa de receita do Orçamento da

União para 2001. Ele disse que não vê motivos para alterar a previsão de crescimento de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB), assim como os números contidos no projeto orçamentário a respeito do comportamento dos juros e do câmbio.

O relator-geral do Orçamento, senador Amir Lando (PMDB-RO), sugeriu que o Congresso aprove com urgência o projeto sobre quebra de sigilo bancário de pessoas e empresas que fazem grandes movimentações financeiras, sem nada declarar ao fisco, e a fixação do Imposto de Renda a ser pago pelos fundos de pensão nas suas aplicações financeiras.

Em depoimento na CPI que investiga o roubo de cargas, o diretor da Polícia Rodoviária Federal, general Álvaro Henrique Vianna Novaes, apontou as quadrilhas como organizações bem mais aparelhadas de equipamentos e dinheiro que a polícia.



Osmar: Taniguchi participou do endividamento do estado

Osmar Dias manifesta apoio a candidato do PT em Curitiba

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) informou que passará a apoiar o candidato do PT, Angelo Vanhoni, no segundo turno das eleições de Curitiba. Osmar contou que vinha mantendo-se afastado da disputa, apesar de o PSDB ter decidido pelo apoio ao candidato petista. O senador tomou a decisão depois que o candidato rival, Cassio Taniguchi, do PFL, declarou na TV que o programa de saneamento na cidade não teria ido adiante porque os senadores que representam o estado teriam garantido por 500 dias no Senado Federal a autorização de um empréstimo com esse fim.

Na opinião de Osmar Dias, Tani-

guchi deveria ter dito que o governo estadual não poderia pagar o empréstimo porque estava com a capacidade de endividamento esgotada. O senador disse ainda que o candidato deveria contar que era secretário de Planejamento do governo Jaime Lerner e que, portanto, participou do endividamento do estado. O Paraná tem hoje, segundo Osmar Dias, quase R\$ 15 bilhões em dívidas, sendo que o Banco do Estado do Paraná sozinho deixou, ao ser privatizado, R\$ 5 bilhões em dívidas a serem pagas pela população. "Jaime Lerner assumiu o governo com uma estabilidade monetária invejável e deixou o estado assim", afirmou Osmar Dias.



José Alencar afirma que José Roberto Arruda vem marcando "gols contra"

Alencar contesta Arruda e aponta vantagem de Célio

O senador José Alencar (PMDB-MG) disse ontem, em discurso no Plenário, que o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), divulgou "informações falsas" a respeito das pesquisas de opinião para o segundo turno da eleição à prefeitura de Belo Horizonte (MG). De acordo com Alencar, todas as pesquisas, na capital mineira, têm revelado vantagem para o atual prefeito Célio de Castro, do PSB. Ele citou resultado de levantamento realizado pelo Instituto Datafolha, e publicado ontem no jornal *Folha de S. Paulo*, que con-

firma vantagem de 11% em favor do atual prefeito.

As declarações do senador referiram-se à afirmação feita antes, da tribuna, por Arruda, segundo o qual os dois candidatos à prefeitura da capital mineira estariam "praticamente empatados". Observando que Arruda poderia "ser mais eficiente como líder" e que vem marcando "gols contra", Alencar disse não poder admitir "que se aproveitem do sistema de comunicação do Congresso Nacional para levar informações falsas à capital" do seu estado.

Banco Mundial ajudará Senado a combater pobreza

Parceria foi acertada em encontro realizado na última quarta-feira e poderá facilitar a implementação do fundo contra a miséria, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, e de outras medidas concretas nessa área

Como coordenador da comissão de senadores designada para participar do encontro realizado quarta-feira entre representantes do Banco Mundial e de organizações não-governamentais (ONGs), o senador Pedro Simon (PMDB-RS) informou que o Bird e o Senado farão reunião técnica para prosseguir a discussão, com base nos relatórios do fórum do banco sobre a pobreza e da comissão especial do Congresso que examinou o assunto.

A intenção, segundo o senador Pedro Simon, é discutir mecanismos concretos e objetivos de auxílio do Banco Mundial nessa área, até mesmo incrementando o Fundo de Combate à Pobreza, cuja pro-

posta de emenda constitucional no momento aguarda votação na Câmara. Também participaram da reunião de ontem Paulo Souto (PFL-BA), Maguito Vilela (PMDB-GO) e Júlio Eduardo (PV-AC).

Conforme o senador do PV, que elogiou a indicação do senador gaúcho por Antonio Carlos Magalhães para coordenar a comissão, “a exposição de Simon fez com que a direção do Banco Mundial, em atitude inédita, aceitasse esse tipo de debate”.

O senador destacou que, conforme os próprios técnicos do Banco Mundial afirmaram, as estimativas são de que, em 2015, o mundo terá acrescentado mais 2 bilhões de pessoas à atual população mun-

dial de 6 bilhões. Desses 30% de aumento populacional, 97% ocorrerão em países em desenvolvimento. Diante desse quadro, as metas de desenvolvimento internacional para 2015, com as quais o Banco Mundial trabalhará, são, entre outras: reduzir pela metade a proporção de pessoas que vivem com menos de US\$ 1 por dia; assegurar acesso universal à educação primária e a serviços de saúde reprodutiva; e reduzir em dois terços a mortalidade infantil e em três quartos a mortalidade materna.

Pedro Simon também destacou que o vice-presidente do banco referiu-se à nova posição da instituição frente à pobreza no mundo, centrada em maiores investi-

mentos na educação e em redução da dívida externa dos países mais pobres e das barreiras comerciais colocadas pelos países desenvolvidos.

A pobreza no Brasil, conforme o senador, é desproporcional à pujança da economia nacional. “Se seguisse os padrões mundiais de distribuição de renda, o Brasil deveria ter apenas 10% da sua população na miséria, e não 35%, como ocorre”, disse. Assim, a concentração de renda seria o principal problema brasileiro a ser superado com vistas à eliminação da pobreza e da miséria, insistiu, defendendo uma reforma tributária que alcance os lucros e rendimentos dos mais ricos.



Simon coordena comissão que iniciou os entendimentos com o Banco Mundial sobre o tema

Lúcio Alcântara cobra melhores salários e boa formação para professores

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao saudar a passagem do Dia do Professor, disse que, embora os avanços no setor educacional tenham sido significativos nesta década, ainda são precárias a formação e a remuneração dos docentes. Ele fez um apelo às auto-



Alcântara: país avançou na área de educação, mas ainda “há muito a fazer”

ridades responsáveis pelas políticas de educação para que melhorem as condições de exercício do magistério.

Na avaliação de Lúcio Alcântara, sem professores bem preparados e com remuneração digna, não haverá motivação nem projeto pedagógico que subsistam. O parlamentar classificou como “extraordinário” o trabalho que o ministro Paulo Renato Souza, da Educação, vem desenvolvendo à frente do MEC, mas salientou que “há muito a fazer”.

O senador sugeriu que medidas imediatas sejam tomadas pelos governantes para fortalecer o desenvolvimento da educação no país. Ele defendeu a atuação efetiva dos conselhos municipais na gestão de recursos do Fundo de Valorização do Ensino Fundamen-

tal (Fundef), independente das injunções políticas locais. “Isso é uma forma de valorizar os recursos públicos aplicados na educação e garantir uma crescente melhoria salarial para os professores”, frisou.

Alcântara ressaltou, ainda, a necessidade de melhoria na formação dos docentes. Na sua opinião, as formas tradicionais de formação, baseadas em cursos de licenciatura, “parecem estar esgotadas ou superadas”. Ele defendeu a criação de cursos mais dinâmicos e flexíveis, num processo contínuo, citando como exemplo o Programa TV Escola, que, na sua opinião, precisa ser expandido para atingir um universo cada vez mais expressivo de professores.

O parlamentar manifestou seu “mais profundo sentimento de gratidão” ao trabalho executado pelos professores pelo Brasil afóra, afirmando que a sociedade identifica nos docentes “aliados preferenciais na luta por uma vida digna, pela superação dos desníveis sociais e pela conquista da plena cidadania”.

Luiz Otávio quer comissão temporária para discutir problemas da Amazônia

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) apresentou requerimento para a criação no Senado de uma comissão temporária encarregada de discutir questões ligadas à região amazônica. Segundo ele, a comissão não terá qualquer conotação política de apoio ou oposição ao governo. Sua principal função, afirmou o parlamentar, será encaminhar soluções ao Poder Executivo para os problemas relacionados ao meio ambiente, ao uso de recursos naturais e à soberania nacional.

O senador lembrou as reiteradas manifestações de personalidades estrangeiras que muitos têm interpretado como ameaças de ocupação internacional da Amazônia. Para exemplificar, citou a declaração de François Mitterand, então presidente da França, segundo a qual “os países que detêm a posse de florestas equatoriais úmidas precisam compreender que sua soberania sobre eles é relativa”. Mencionou também a afirmação do então secretário de Estado norte-americano, Warren Christopher, para quem não há soberania absoluta em matéria de direitos humanos violados e ecologia degradada.

A existência de enormes reservas naturais na região jus-



Para Luiz Otávio, a comissão deve propor soluções para questões que afetam a região

tifica, na avaliação do senador, a preocupação que o país deve ter em elaborar estratégias para a Amazônia. Além das reservas minerais desconhecidas e abundantes, a região abriga a metade das 30 milhões de espécies de insetos que, presume-se, existem hoje no mundo. Também estão na Amazônia 22% das espécies vegetais do planeta, assim como 524 espécies de mamíferos, 517 de anfíbios, 1.622 de pássaros e 3 mil espécies de peixes de água doce.

PLANO COLÔMBIA

Luiz Otávio considera um fato concreto o enfraquecimento do conceito tradicional de soberania nacional. Prova disso seria a pressão exercida pelos Estados Unidos sobre o Brasil e outras nações sul-americanas para participarem do Plano Colômbia, uma ofensiva contra os narcotraficantes daquele país visando combater também a guerrilha.

Ele sugeriu o reforço da pre-

sença militar brasileira na região. “A presença dos militares representa a garantia de conservação do meio ambiente e da proteção e assistência aos índios.” Luiz Otávio considera, no entanto, que a responsabilidade pela ocupação política e econômica da região não pode ser apenas dos militares, mas principalmente dos governantes.

– Temos a obrigação de nos unir para, depois de analisarmos a realidade atual, debater e propor programas e projetos a serem executados a curto e médio prazos – disse.

Os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) elogiaram Luiz Otávio pela importância do discurso. Para Mestrinho, o pronunciamento comprova a importância da presença das Forças Armadas na Amazônia. Cabral afirmou que toda união que se faça para proteger a região ainda será pouca.

Rádio Senado mostra lançamentos do jazz

Um duo incomum reunindo piano e guitarra é o destaque do programa *Improviso — Jazz sem Fronteiras* que a Rádio Senado FM apresenta neste fim de semana. O pianista dominicano Michel Camilo e o guitarrista espanhol José Fernández Torres, o Tomatito, acabam de lançar o álbum *Spain*, no qual fundem a sonoridade do jazz latino com a pujança do ritmo flamenco.

Camilo tem formação erudita e circula com tranquilidade tanto pela música clássica como pelo jazz e merengue. Tomatito é um dos novos expoentes da guitarra flamenca, tendo sido discípulo de Paco de Lucía. O repertório dos dois vai do jazz de Chick Corea ao Concerto de Aranjuez, passando por tangos e boleros, sempre com interpretações sur-



preendentes pela originalidade.

O outro lançamento em destaque no programa é The Roy Haynes Trio, no qual o veterano baterista de 75 anos juntou o pianista Danilo Perez e o baixista John Patitucci para homenagear os grandes nomes do jazz de todos os tempos. Haynes, com mais de 50 anos de carreira, tocou com Charlie Parker, John Coltrane, Miles Davis, Stan Getz, Sarah Vaughan e muitos outros. Seu novo álbum privilegia o repertório que mais o marcou na convivência artística com alguns desses monstros sagrados do jazz.

Improviso — Jazz sem Fronteiras vai ao ar amanhã, às 20h, sendo reprisado no domingo, às 23h30. O programa também pode ser captado pela Internet, no endereço www.senado.gov.br.

Senado lança hoje dois títulos na Bienal do Livro do Ceará

O evento, em Fortaleza, será promovido pelo senador Lúcio Alcântara, que também apresentará ao público a Constituição cearense em braile

O presidente do Conselho Editorial do Senado, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), promove hoje na 4ª Bienal Internacional do Livro do Ceará o lançamento das mais recentes publicações da Casa: *Dom Helder*, o *Mensageiro da Paz*, organizado pelo Padre Caramuru, e o *Discurso Autoritário de Cairu*, de João Alfredo Montenegro. O evento, às 18h, acontece no Centro de Convenções de Fortaleza (CE), onde a mostra, que termina domingo, está sendo realizada.

Na ocasião, Alcântara também vai entregar a representantes de associações de deficientes visuais a primeira edição da Constituição estadual do Ceará em braile. Outras publicações em braile, como a Constituição federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Defesa do Consumidor, serão doadas pelo senador a instituições de portadores de deficiência visual e bibliotecas públicas do Ceará. Segun-

do estimativas, os deficientes visuais representam 10% da população brasileira.

A iniciativa do Senado é muito importante para que os deficientes visuais possam tomar conhecimento da legislação nacional, o que ajuda a resgatar a dignidade da pessoa. Afinal, são cidadãos

e têm o direito ao acesso às leis — afirma a diretora do Instituto de Cegos do Ceará, Maria José Sá e Almeida. A instituição oferece aos deficientes de Fortaleza a transcrição em braile dos dois jornais de maior circulação do estado, iniciativa pioneira no Brasil.

A Bienal do Ceará vem se consolidando como um dos maiores eventos do gênero no país, o que pode ser constatado pelas vendas do



As vendas do estande do Senado na Bienal do Livro do Ceará são recordes

estande do Senado, que superaram os valores registrados em outros eventos similares, inclusive as bienais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Desde 1996, o Senado, por iniciativa do primeiro-secretário, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), divulga suas atividades em feiras de livro por todo o país. A comissão que organiza o estande do Senado nesses eventos é composta por diversos órgãos da Casa.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — Neide Castanha, coordenadora do Cécia, fala sobre os dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente
7h30 — *Entrevista* — Senador Freitas Neto fala sobre o fortalecimento dos municípios
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — PCN — Matemática — A calculadora e o raciocínio da criança
9h — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Reunião Conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Assuntos Sociais (gravado)
13h30 — *Debate* — Senador Pedro Simon e Elizabeth Sussekind, secretária nacional de Justiça, falam sobre a classificação de programas de rádio e TV
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 — *Revista Brasília*
19h30 — *Cidadania* — Joãozinho Trinta, carnavalesco, e o jornalista Márcio Cotrim, falam de fraternidade, solidariedade e cidadania
20h30 — *Entrevista* — Senador Freitas Neto fala sobre o fortalecimento dos municípios
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Canal Médico* — Go News — TRH III
22h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — *Cantando Hollywood*
24h — *Redescoberta do Cinema Nacional* — *Delmiro Gouveia*, de Geraldo Sarno

DESTAQUES DO FIM DE SEMANA AMANHÃ

3h30 — *Entrevista* — Senador Ney Suassuna fala sobre as relações comerciais do Brasil no exterior
6h30 — *Agenda Econômica* — Márcio Pochmann, professor da Unicamp, fala sobre o desemprego
7h30 — *Entrevista* — Josaphat Marinho, ex-senador e jurista, fala sobre a ética no poder público
10h e 18h — *Quem tem medo de música clássica?* — Haydn — Sinfonia *A Rainha*
12h30 — *Entrevista* — Senador Pedro Piva faz um balanço das eleições municipais
13h30 — *Agenda Econômica* — Márcio Pochmann, professor da Unicamp, fala sobre o desemprego
16h30 — *Entrevista* — Senador Freitas Neto fala sobre o



fortalecimento dos municípios

17h — *Revista Brasília*

21h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — *Bangladesh* com Mauro Borges

DOMINGO

3h30 — *Entrevista* — Senador Freitas Neto fala sobre o fortalecimento dos municípios
6h30 — *Cidadania* — Joãozinho Trinta, carnavalesco, e o jornalista Márcio Cotrim, falam de fraternidade, solidariedade e cidadania
7h30 — *Entrevista* — Senador Pedro Piva faz um balanço das eleições municipais
10h — *Quem tem medo de música clássica?* — Haydn — Sinfonia *A Rainha*
11h — *Entrevista* — Paul Louis Laussac e Matite Grubefger
13h30 — *Debate* — Senador Pedro Simon e Elizabeth Sussekind, secretária nacional de Justiça, falam sobre a classificação de programas de rádio e TV
14h30 — *Espaço Cultural* — *Quarteto de Cordas*
16h30 — *Entrevista* — Josaphat Marinho, ex-senador e jurista, fala sobre a ética no poder público
17h — *Revista Brasília* — nº 14
18h — *Quem tem medo de música clássica?* — Haydn — Sinfonia *A Rainha*
19h30 — *Agenda Econômica* — Márcio Pochmann, professor da Unicamp, fala sobre o desemprego
20h30 — *Entrevista* — Senador Ney Suassuna fala sobre as relações comerciais do Brasil no exterior
24h — *Revista Brasília* — nº 14

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*. Em seguida - Música e informação
9h — Sessão Plenária do Senado (vivo). Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise). Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*. Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste. Em seguida — Música e informação

Entrevistas, filmes e documentários podem ser vistos no fim de semana pela TV Senado

A nova economia e o trabalho no futuro são o tema do programa *Agenda Econômica*, da TV Senado, que vai ao ar amanhã, às 6h30 e



13h30, e domingo, às 19h30. Helival Rios e Beto Almeida conversam com o economista Márcio Porchman sobre as novas exigências do mercado de trabalho, como conhecimento sobre informática, iniciativa própria, poder de argumentação e capacidade de imaginar situações novas, perceber, abstrair e criar soluções, além de habilidade nos relacionamentos interpessoais.

A série *Redescoberta do Cinema Nacional*, exibida em parceria com o Ministério da Cultura, apresenta hoje e amanhã, à meia-noite, o filme *Coronel Delmiro Gouveia* (1977), de Geraldo Sarno, com Rubens de Falco, Jofre Soares e José Dumont. Pioneiro na industrialização do país, Delmiro Augusto da Cruz Gouveia (1863-1917) instalou-se em Pedra (AL), vilarejo próximo ao rio São Francisco que hoje leva seu nome, onde montou uma fábrica e construiu estradas e alojamentos para operários. Ao reconstituir seu enfren-

tamento com grupos empresariais estrangeiros, o filme auxilia a compreender as pressões exercidas sobre a economia brasileira pelo capital internacional na passagem do século 19 para o século 20.

A *Carta*, especial sobre a carta de Pero Vaz de Caminha que está sendo exposta em várias cidades do Brasil, será apresentado amanhã, às 8h15, 16h e 20h30, e domingo, às 8h15, 16h e 21h. Com 25 minutos de duração, o especial, conduzido pela repórter Junia Mello e com edição de Chico Santana, mostra também pinturas e

esculturas de artistas plásticos brasileiros e portugueses que fazem parte da mostra, com uma releitura do detalhamento feito ao rei de Portugal sobre as novas terras descobertas além-mar.

O programa *Revista Brasília*, que vai ao ar amanhã e domingo, sempre às 17h, apresenta entrevista com o artista plástico Glênio Bianchetti, que mora em Brasília há mais de 40 anos, e mostra o trabalho do escultor Amílcar de Castro. Ainda no programa, a convidada especial Carla Ribeiro, tetracampeã mundial de caratê e campeã mundial de *kickboxing*, conversa com as meninas da ginástica rítmica de Brasília, que ficaram em quarto lugar no campeonato pan-americano realizado na Venezuela. A outra convidada especial do programa, a psicanalista Maria José Miguel, revela o segredo para uma boa convivência a dois.

O *Revista Brasília* apresenta ainda reportagem sobre a Avenida das Nações, onde estão situadas mais de 50 embaixadas dos mais diversos países do mundo e o restaurante Gaf, que já foi parada obrigatória de políticos e palco de decisões importantes.

Programa traz inventor de aparelho para tratamento de saúde

No *Entrevista Especial* deste fim de semana, na TV Senado, o jornalista Fernando Cesar Mesquita conversa com o pesquisador Paul Laussac, inventor de aparelhos destinados à realização de tratamentos de saúde. O programa vai ao ar amanhã e domingo, às 11h e às 23h.

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Nabor explica voto favorável ao saneamento do Banestado

Senador lembra que havia pareceres do Banco Central, da Secretaria do Tesouro Nacional e do Ministério da Fazenda considerando regular a proposta. Esclarecimento foi feito em resposta a Roberto Requião

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) afirmou ontem ter votado a favor da proposta do governo de saneamento e venda do Banco do Estado do Paraná (Banestado) porque havia pareceres favoráveis do Banco Central, da Secretaria do Tesouro Nacional e do Ministério da Fazenda, além de parecer do senador Gerson Camata (PMDB-ES). Nabor deu a explicação em discurso no Plenário, respondendo ao senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Em pronunciamento anterior, Requião atribuiu a derrota de uma emenda de sua autoria, durante a votação do projeto de resolução sobre o Banestado, ao voto de Nabor



Nabor Júnior: voto de acordo com pareceres do relator e de órgãos governamentais

Júnior e à sua orientação à bancada, como líder interino.

Nessa condição, Nabor orientara os colegas do PMDB a aprovarem um empréstimo de R\$ 3,8 bilhões para saneamento do Banestado, o que permitiria a privatização. Ao ser citado por Requião, ele explicou

que agiu de acordo com as normas democráticas que procura imprimir aos seus atos. Segundo Nabor, o respaldo que o projeto obteve dos órgãos governamentais, que consideraram regular a proposta de saneamento, norteou o seu voto e o do partido.

Outro aspecto observado durante a votação em Plenário, realizada em

10 de dezembro de 1998, foi o parecer favorável elaborado pelo senador Gerson Camata e acatado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Além de afirmar que a iniciativa não esbarrava em "óbices jurídicos ou administrativos", Camata disse na ocasião, e reiterou em aparte a Nabor, que não podia impedir que o Banestado fosse beneficiado pelas regras do programa de recuperação de bancos estaduais.

Convicto da prática de irregularidades no processo de reestruturação do Banestado, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) só contestou Nabor Júnior quando ele se disse contrário à federalização do banco. "Se a federalização tivesse sido aprovada, o Banestado não teria sido alvo de uma roubalheira e o Banco Central teria mais autoridade para perseguir a quadrilha e recuperar o dinheiro desviado", declarou.



Alberto Silva conversou com a delegação sobre o trabalho desenvolvido nos Legislativos dos dois países.

ALBERTO SILVA RECEBE DELEGAÇÃO TCHECA

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) recebeu na quarta-feira a visita de uma delegação de três senadores tchecos e do embaixador da República Tcheca no Brasil, Ladislav Sherik.

Vice-presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Alberto Silva conversou com a delegação tcheca sobre o trabalho desenvolvido nos Legislativos dos dois países.

Ele declarou, ao final do encontro, que o intercâmbio entre parlamentares de diferentes nações serve para estreitar relações e fortalecer a cooperação comercial entre os países.

Requião vê "uma espécie de confissão" no silêncio do governo sobre denúncias

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) qualificou como uma espécie de confissão o silêncio do governo e de suas lideranças sobre as duas denúncias que fez, com documentação publicada no *Diário do Senado Federal*. Requião acusou o presidente da República de sonegação fiscal na compra e declaração de renda relativas à fazenda Córrego da Ponte, em Buritis (MG). Acusou também



Roberto Requião estranha silêncio do governo e de suas lideranças

o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, de liberar verbas de empresas públicas de forma irregular para financiamento de campanhas eleitorais em Minas Gerais.

Requião disse ter recebido informação do senador Lauro Campos (PT-DF) de que a resposta do governo não será dada no Plenário, mas na revista *Veja* da próxima semana, que deverá trazer acusações contra o senador paranaense.

— Será que José Roberto Arruda está sendo substituído pelo Civita na liderança do governo? Não sei, acho que a *Veja* não assumiria a função de diário oficial do governo — disse.

O senador acrescentou que vai ficar na expectativa porque — observou — o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Andrea Matarazzo, declarou que está viabilizando a publicidade do governo através das

manchetes dos jornais.

Segundo Requião, a fazenda Córrego da Ponte foi comprada pelo presidente e pelo ex-ministro das Comunicações Sérgio Motta por US\$ 2 mil e, na época, não valia menos de US\$ 500 mil. Para o senador, a área foi comprada com dinheiro não declarado, "o chamado dinheiro mal havido", e os valores envolvem sonegação fiscal explícita.

A outra denúncia de Requião diz que o candidato à prefeitura de Contagem (MG) Ademir Lucas teria se reunido com o ministro Pimenta da Veiga e dirigentes de jornais da cidade para distribuir dinheiro da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Correios e Embratur.

Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), a falta de resposta da liderança do governo indica que o Executivo decidiu ignorar o Plenário do Senado. Como a imprensa, a seu ver absurda e erroneamente, não publica denúncias feitas pelos parlamentares, nem que seja para criticá-los, o governo parece se julgar no direito de não dar resposta. Simon disse não acreditar no envolvimento de Pimenta da Veiga. Requião respondeu: "A história do Pimenta é boa, mas a de Fernando Henrique também era; ele tirou o diabo para dançar e, como o diabo não muda, quem mudou foi o presidente".

Arruda rebate acusações e diz que FHC já explicou sua declaração de renda

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse que a declaração de renda do presidente Fernando Henrique Cardoso de 1993, quando se lançou candidato à Presidência, tinha valores declarados menores do que os nominais devido à inflação da época, que chegava a 80% ao mês. Arruda deu a explicação em Plenário, como resposta à acusação do senador Roberto Requião (PMDB-PR) de que o presidente teria cometido o crime de sonegação.

O líder do governo acrescentou que o presidente já havia esclarecido o assunto na própria revista que fez a denúncia, a *IstoÉ*: "Vivíamos uma inflação galopante, a desvalorização da moeda frente ao dólar representava grandes diferenças em 12 meses. Essas diferenças podem ser encontradas em todas as declarações de bens", disse Arruda.

Quanto à outra acusação de Requião, de que o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, teria feito uma reunião em Minas Gerais para liberar dinheiro público em benefício de uma candidatura a prefeito, Arruda garantiu que há um equívoco, e que a reunião tinha outro objetivo. Segun-



José Roberto Arruda atribui denúncias surgidas em Minas à disputa eleitoral

do ele, confundiram o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, com o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação, Angelo Andrea Matarazzo. De acordo com Arruda, Pimenta da Veiga não esteve em tal reunião, nem autorizou a utilização de seu nome. O senador acrescentou que quem decide sobre a aplicação de verbas de comunicação do governo é Matarazzo.

O líder explicou que Matarazzo promoveu reuniões para informar sobre a descentralização das verbas oficiais de comunicação, decidida pelo governo com o objetivo de informar melhor às diferentes regiões do país sobre as iniciativas federais, com a linguagem própria de cada região. "O governo não pode ficar condenado a uma eterna incompetência nesse setor", declarou o senador.

Para José Roberto Arruda, as denúncias que surgem a partir de Minas Gerais se devem à situação eleitoral em Belo Horizonte, onde haveria empate técnico entre os candidatos João Leite (PSDB) e Célio de Castro (PSB), que busca a reeleição. Ele questionou por que o ex-candidato Cabo Júlio, que marcou sua campanha com ataques a Célio de Castro, passou a apoiar o prefeito.